

AUTORES INDEPENDENTES: livros que queremos publicar¹

Ellen Suely Dantas da Costa²
Maria Elizabeth B. C. de Albuquerque³

Resumo

Analisa os motivos que levam um autor a editar seu próprio livro, identificando as gráficas que imprimem suas obras e se estas têm o conhecimento das normas de editoração. A pesquisa foi realizada junto ao universo de dezoito autores que publicaram suas obras de forma independente. Foi constatado um número significativo de livros editados em gráficas e a procura por gráfica para editoração de obras, está relacionada à insatisfação dos autores com as editoras locais por encontrarem muita burocracia, falta de respeito, de compromissos e de atenção para com eles. Observou também que a divulgação e comercialização ficam a cargo do próprio autor e as vendas ficam restritas às pequenas livrarias que recebem por consignação. Os autores além de desconhecem a exigência do depósito legal, desconhecem também o registro de direito autoral da obra, a existência de uma norma de padronização para editoração de livros, a importância do ISBN e da obrigatoriedade do registro e da necessidade da ficha catalográfica; e ainda, acreditam que as gráficas conhecem as normas de editoração. Observou-se também nesta pesquisa, que a opção dos autores pela editoração de obras através das gráficas é, sobretudo, motivada pela ausência de estímulos oferecidos pelas editoras.

Palavras-chave:

EDITORÇÃO

AUTOR INDEPENDENTE

LIVROS

1 INTRODUÇÃO

Diversos bens culturais sofreram alterações, inovando seus formatos ; o livro não escapou a este processo.

Dotado de nítida significação cultural, passou por diversas modificações ao longo da história, adequando-se às necessidades humanas.

O registro sobre suporte físico sempre foi considerado de máxima importância; é onde encontramos o melhor meio para a disseminação do conhecimento. Por isso, na cultura ocidental, o início do processo histórico do livro ocorreu através do surgimento das primeiras formas de escrita e, por conseqüência, os primeiros documentos escritos. O documento dotado de um registro gráfico e compreensível era uma popularizante forma de expressão e registro do pensamento. Tal comportamento reflete muito bem a importância dada, em nossa cultura, ao registro textual dos fatos. Recentemente, pesquisadores de diversas áreas, começaram a reconsiderar esse padrão de pensamento e a aceitar, como uma forma documental

¹ Pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso/UFPB

² Bacharel em Biblioteconomia/UFPB

³ Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação/UFPB

comprobatória dos fatos, outros tipos de registro do pensamento humano que não o escrito e, nesse movimento, são incorporados/se encaixam os objetos artísticos como documentos históricos do desenvolvimento do pensamento humano.

Uma das melhores formas para se revisar a história do pensamento é seguir a narrativa da evolução visual do registro escrito da informação; e, dentre as diversas formas dadas aos meios de se registrar a informação, é justamente o que hoje chamamos de livro, a que predomina no senso comum. O livro, pois, continua a habitar o imaginário humano; quem nunca quis escrever um livro e perpetuar suas idéias?

Não obstante tal desejo, nota-se que há um significativo desconhecimento do processo de construção de um livro, desde sua concepção até a publicação, a editoração. Processo pouco conhecido pela maioria das pessoas, até mesmo pelos profissionais da biblioteconomia/ciências da informação.

Assim, a escolha da editoração de livros como objeto de estudo foi motivada pela posição privilegiada que eles possuem no nosso contexto cultural; são elementos que significam, para a grande maioria das pessoas, continentes do saber. Os livros representam para os homens uma das principais fontes de registro e transmissão do conhecimento, adquirindo, devido a esta representação, uma grande importância como elemento de preservação e difusão da cultura.

O avanço tecnológico vem influenciando os diversos campos da atividade humana, com perspectivas de amplas mudanças em todos os setores da sociedade. A Internet apresenta possibilidades de pesquisas através do acesso à informação dos bancos de dados e da ligação em rede, popularizando a informação, que antes era privilégio apenas dos escribas e iniciados.

Hoje, a informática oferece programas de editoração e tratamento de imagens cada vez mais amplos e aperfeiçoados. Do ponto de vista editorial, destacam-se as publicações em novos suportes que não o tradicional papel. Contudo, o livro tradicional continua a exercer um fascínio muito grande no indivíduo. Um antigo provérbio já dizia que um homem só se completa quando “planta uma árvore, tem um filho e escreve um livro”. Portanto, o livro continuará sendo, ainda por muito tempo, o meio que o autor usará para transmitir as suas idéias.

Assim, entendemos ser importante analisar os motivos que levam um autor, a editar seu próprio livro. Para atender a essa proposta, percebemos a necessidade de fazer uma pesquisa com autores que editam os seus livros, verificando também as gráficas que imprimem tais obras, e se os autores têm o conhecimento das normas de editoração vigente.

2 LIVRO: uma breve história

A história do livro é uma página dedicada à evolução da escrita, desde os primeiros registros gravados pelo homem no interior das cavernas até a revolução tecnológica dos dias de hoje. Entendido como o registro da informação por meio gráfico, o livro teve início de forma absolutamente distinta da atual, como abaixo nos diz Fernandes (2005):

Como relatar a trajetória histórica deste objeto [...] de que ponto partir? Como fazer a lógica passar pelas inscrições em pedra, pelo relato oral, pela criação dos alfabetos, pelas tábuas de argila cozida e madeira, pelos rolos de papiro guardados em cilindros de couro, pelos manuscritos medievais, pelos códices, pelo livro tipográfico de Gutenberg encadernado tal qual um manuscrito e chamado de incunábulo, pelos livros semi-industrializados dos

séculos XVII e XVIII, até chegar ao livro totalmente produzido pela lógica fabril dos séculos XIX e XX.

O primeiro objeto flexível e expressivo empregado no ocidente, foi o papiro produzido a partir de uma planta aquática (*Cyperus papyrus*) originária das margens do rio Nilo, cujo talo era cortado na parte interior, onde se encontravam as fibras muito resistentes e que unidas em lâmina, serviam de base para o registro do conhecimento.

Era ‘fabricado’ através de um processo que começava pela sobreposição em uma base rígida e plana de camadas de tiras feitas a partir dos caniços que compõem a planta; estas camadas eram dispostas em sentido perpendicular umas às outras e, em seguida, eram maceradas, com o uso de uma maça grande e pesada, por espancamento; após o esmagamento o sumo que saía das tiras vegetais maceradas agia como elemento colante; assim formava-se uma fina folha que era branqueada, aparada e tinha suas bordas (superiores e inferiores) reforçadas com as tiras que sobravam do processo de aparar. (FERNANDES, 2005).

Sobre estas lâminas ficaram registrados os fatos e hábitos das regiões onde foram fabricados, preservando a memória cultural daquele povo.

Sendo a produção do papiro limitada ao povo egípcio e de custo elevado para os habitantes de Pérgamo, pequena cidade da Ásia Menor, um novo suporte foi adotado por estes: o pergaminho.

A técnica para obtenção deste novo suporte se disseminou por todo o território europeu. Flexível como o papiro, rapidamente sua produção se difundiu, e durante séculos foi o apoio mais utilizado para a feitura de manuscritos.

Chamados de códex (códices), os primeiros livros surgiram aproximadamente no século I da era cristã; feitos de folhas de pergaminho, dobradas ao meio, formando conjuntos de quatro páginas, costurados perpendicularmente em um corte de couro, compondo um volume de páginas seqüenciadas, no qual eram manuscritos os textos.

As primeiras máquinas surgiram no fim do século XVII, permitindo assim o desenvolvimento e a fabricação do papel, que envolvia três aspectos: as fontes de celulose (a madeira), restando os tecidos para a produção dos papéis de grande ostentação; a transformação da celulose em pasta de papel e a transformação da pasta em papel.

Aproximadamente um milênio após sua descoberta, o papel torna-se conhecido em quase toda a Europa Ocidental e em meados do século XIV tornou-se mercadoria corrente. Sendo o papel, muito fácil de ser produzido e muito menos oneroso, a produção literária velozmente cresceu, assim como o comércio de manuscritos.

Em meio a tudo isto, surge a imprensa, inventada pelo alemão Johannes Gutenberg. Interessado pelas ciências e as artes, Gutenberg gostava também de pedras preciosas e delas fez seu ofício, tornando-se joalheiro e ourives; ao se ocupar da feitura de finas jóias, não podia fazer o que adorava: ler e estudar. Sendo os livros confeccionados à mão e onerosos demais, não tinha condições de comprá-los. Naquela época, copiar um livro era bastante trabalhoso e despendia bastante tempo, por isso tal tarefa era desempenhada por monges nos conventos, pois podiam passar dias executando essa tarefa.

Inconformado com esta situação Gutenberg, imaginava um meio de produzir grandes quantidades de livros de forma muito mais rápida, para que qualquer pessoa alfabetizada pudesse ler sobre qualquer assunto.

A Europa já conhecia no princípio do século XV o papel, a tinta e a matriz. Faltava apenas uma idéia luminosa que juntasse isso tudo em um só equipamento.

Ao que consta, as primeiras idéias sobre imprensa lhe ocorreram quando observava um anel com o qual os nobres selavam documentos, neles imprimindo o brasão da família. Esse anel tinha o brasão escavado em metal ou pedra preciosa e deixava uma impressão em alto-relevo sobre o lacre quente. Gutenberg achou que o mesmo princípio serviria para imprimir letras, mas logo viu que o método deveria ser posto de cabeça para baixo: em vez de escavada em um bloco de madeira, a parte que serviria para imprimir deveria ficar em alto-relevo. (SUPERINTERESSANTE, 2004)

Somente após Gutenberg ter inventado a prensa tipográfica, as informações e o conhecimento começaram a ser divulgados de forma ordenada, popularizando o processo de elaboração dos livros.

Ainda hoje os livros produzidos e encadernados artesanalmente, são como símbolo de distinção e, para algumas pessoas, são considerados de maior valor, seja intelectualmente, qualitativamente ou do ponto de vista puramente estético.

Capas e miolos sempre foram tratados de forma diferenciada ao longo do processo de produção industrializada do livro. A vinculação entre as imagens apresentadas pelas capas e o conteúdo do texto impresso nos cadernos do miolo somente passa a ocorrer, realmente de forma marcante e contínua, com o advento da *'industrialização'* da litografia e com a fusão das atividades de impressão do miolo e de feitura da encadernação em algumas casas editoras, em meados do século XIX. Antes deste período o que se teve, com relação às funções desempenhadas pelas capas de livros, era muito mais uma função de proteção e distinção da propriedade do objeto. (FERNANDES, 2005).

Neste contexto, o livro impresso como fonte de registro, disseminação do conhecimento bem como preservação e difusão cultural, foi considerado um instrumento de libertação do homem, favorecendo os que não tinham acesso ao conhecimento.

3 EDITORAÇÃO

No processo de comunicação/informação escrita, editar significa preparar tecnicamente um manuscrito para publicação.

A editoração de livros no Brasil domina um mercado de tamanho significativo, lingüisticamente integrado, oferecendo livros de excelente qualidade, impressos localmente. Baseada em parte ainda nas companhias familiares, que funcionam de modo independente dentro de um mercado reservado para eles pela língua portuguesa, as decisões são geralmente tomadas pelo dono da editora, na base de conhecimentos pessoais de livros e cultura. A influência estrangeira, geralmente, limita-se aos contatos mais básicos possíveis: a simples venda de direitos de publicação.

Para produzir um livro e colocá-los nas mãos dos leitores, é imprescindível um trabalho de equipe. Como bem nos lembra Smith Jr. (1990, p.22):

Cada membro da equipe tem um papel necessário a desempenhar e nenhum deles pode ser dispensado. Não importa que estágio de desenvolvimento um país possa ter alcançado ou quão simples ou complexa seja sua economia, quatro elementos básicos precisam existir ou ser criados para que haja uma indústria de livros. [...], o autor que escreve o original, o impressor que transforma o original numa edição de livros e o livreiro que vende os livros

assim produzidos. [...] na posição mais central cujo trabalho é o menos percebido pelas pessoas estranhas ao mundo do livro: o editor, o grande estrategista e organizador de todo o empreendimento, que une os três parceiros, e o normalmente como aquele que corre o risco comercial da edição de livros.

A atividade editorial como afirma Raymond (apud, SMITH JR, 1990, p.17): “é simultaneamente arte, ofício e negócio”, isto é, requer conhecimentos técnicos.

Com o impacto do Mercosul sobre a editoração, o grande desafio para a editoração brasileira é o de manter seus benefícios locais. Com a tecnologia, os livros brasileiros deixaram de ser exclusivamente impressos no Estado onde a editora está localizada. Hoje, a tipografia moderna está baseada em filmes para *offset* (moderno processo de impressão litográfica em que a imagem, gravada numa folha de metal flexível, geralmente zinco ou alumínio, é transferida para o papel por meio de um cilindro de borracha) ou discos flexíveis que podem ser gerados por digitadores especializados e transportados com facilidade para uma gráfica distante e os arquivos podem ser transmitidos até a gráfica por intermédio de uma rede de telecomunicação.

3.1 EDITORA

Uma das funções de uma editora é estimular a produção intelectual. Comparável a uma biblioteca, uma sala de aula ou um laboratório, ou seja, divulga as informações e conhecimentos que são produzidos.

Em virtude do investimento que uma editora faz para lançar cada título, a escolha da obra é feita a partir de rigorosos critérios. Assim como qualquer outra empresa, ela está sempre preocupada em obter lucro para sua sobrevivência.

A determinação de cada passo está diretamente ligada às expectativas de um resultado financeiro positivo.

Os autores precisam encontrar uma editora que publique o gênero dentro do qual a sua obra se enquadra, inclusive com o mesmo enfoque que foi dado pelo autor, pois as editoras não se adequam à linha dos autores, estes, sim, precisam se adequar à linha editorial da editora.

A linha editorial, por sua vez, são os assuntos – ou gêneros textuais – que a editora costuma publicar, e também a abordagem dentro dos assuntos. Uma das maneiras de saber o que as editoras publicam é indo até uma boa livraria e constatar o que foi lançado na área. Muitas vezes, as linhas editoriais são frutos das preferências de um editor específico.

Conforme a escritora e editor Laura Barcellar (2004), algumas razões para uma editora recusar um trabalho, podem ser resumidas da seguinte forma:

Quem avaliou a obra achou que ela: não tinha qualidade suficiente; não estava dentro da linha editorial da casa; não venderia ou prejudicaria a imagem da editora; interessante, porém, sensacionalista demais; baseado em relatos pouco confiável; vulgar; pornográfico; incitar à violência; racismo; sexo com menores de idade; comportamentos perigosos; atos criminosos em geral também são imediatamente recusados.

As editoras seguem uma rotina para a apreciação de originais e mesmo obras altamente interessante requer tempo para serem lidas e estudadas. Além disso, toda editora se programa para publicar um determinado número de livros por mês.

O autor conta com a leitura meticulosa de seu editor, na revisão final do texto, para a eliminação de pequenos descuidos e ou para a adição de elementos acessórios que enriqueçam a obra ou facilitem sua leitura.

Por fim, o editor torna possível à criação de um produto, seleciona as informações que devem estar contidas nele, cuida de orçamentos e das revisões para que tudo saia perfeito. Segundo Gisela Marques (2005), coordenadora editorial da editora Companhia das Letras, em São Paulo:

O editor tem condições de fazer inclusive um banco de dados muito fácil de acessar, pois sabe hierarquizar as informações e apresentá-las de maneira agradável. Quando o editor se ocupa de livros, faz parte de sua rotina calcular custos de papel, escolher o tipo de letra que será usada e realizar uma última revisão do conjunto da obra antes da impressão. Sem um editor, falta unidade ao conjunto. E isso vale tanto para um livro quanto para um CD de música.

Com o advento da tecnologia digital, muitos livros passaram a ser editados eletronicamente.

As Edições Eletrônicas, além de concorrer com as editoras em suporte de papel, tendem a preencher uma lacuna editorial, publicando texto de qualidade, com todas as características de publicação bibliográfica, mas que não teriam lugar, ou dificilmente teriam, no mercado editorial tradicional em suporte de papel, por diversas razões.

As Edições Eletrônicas publicam vários textos integrais, viabilizando publicações que de outra forma jamais viriam à luz, tais como teses de doutorado ou dissertações de mestrado por serem muito volumosas, a passo que as editoras tradicionais têm por princípio não publicar o texto integral e levam os autores a (se vêem na contingência de) reduzir seu texto original para poder publicá-lo em papel, o que empobrece o texto publicado.

O destino da editoração, do livro e da leitura na era da sociedade tecnológica da informação e comunicação é permitir um maior intercâmbio entre os pesquisadores. Ampliar seu raio de acesso às camadas de leitores de diferentes níveis, constituindo-se em espaço que oportunizará a democratização de publicações.

As editoras virtuais oferecem serviços de editoração eletrônica do livro, um *website* para venda dos livros impressos e digitalizados, registro do *International Standart Book Number* - ISBN, indexação nos principais mecanismos de busca, além da manutenção de um site para o livro dentro de sua *home page*, serviços de digitalização, design de capas, revisão e até crítica literária.

Figueiredo (2004), explica que:

As editoras virtuais, ao contrário do que muita gente pensa, não trabalham apenas com a troca de arquivos eletrônicos. Elas também produzem e distribuem livros impressos. O leitor pode visitar a home-page, encomendar uma obra e recebê-la, impressa, em seu endereço. Os leitores passam a ter acesso a temas específicos e a pesquisas e autores que não teriam acesso devido às restrições mercadológicas. Além disso, podem encomendar o livro em sua forma digital, pela metade do preço.

Na era da *web* passa a existir o *eletronic book* - *e-book*, conhecido como livro eletrônico, um agente significativo na transformação entre desenvolvimento intelectual, ensino, aprendizagem e entretenimento, que permite a reestruturação da editoração, fomentando a democratização da leitura e do lazer.

3.2 GRÁFICAS

Conhecidas como prestadores de serviço, as gráficas diferem-se em alguns aspectos das editoras comerciais. Não tem critérios para escolha das obras, isso quer dizer que elas não avaliam os originais, nem têm qualquer envolvimento com as vendas do livro. Uma editora comercial funciona de outro modo, assumindo os custos da publicação.

Para Barcellar (2004) “As vantagens de um prestador de serviços é que estes prestam muito mais atenção ao autor do que um editor comercial, porque este é seu principal cliente”. Porém, sabemos que os serviços oferecidos são limitados de acordo com as possibilidades do autor de pagar, nunca pela falta de disposição ou tempo do profissional.

As desvantagens de contratar alguém para fazer o livro, são:

.... a primeira e mais óbvia a de que você é quem paga por isso. A segunda desvantagem, em geral desconsiderada por autores de primeira viagem, é o que você vai fazer com os livros prontos. Relembrando, os prestadores de serviço fazem exatamente o que se propõem – imprimir o seu livro – e nada mais! Comercializá-lo é outra história, e muito escritor auto-publicado descobre como é difícil vender seus livros, A terceira desvantagem é a falta de prestígio de fazer e vender os próprios livros, que pode em parte ser contornada pelo uso de profissionais muito bons e pela criação de um selo editorial fictício.A quarta desvantagem é a de que o livro em geral não tem chance de caminhar por pernas próprias, mas precisa de sua assistência em cada etapa. Você vai ter de aprender um pouco de revisão, normalização, dar palpites em diagramação, decidir-se entre papéis, descobrir como fazer uma ficha catalográfica e requerer um número de ISBN, como funciona deixar livros em consignação em livrarias etc etc. Ou seja, transformar-se em todos os profissionais de uma editora comercial, para acompanhar e mesmo fazer os trabalhos de produção e comercialização de um livro. E o que você não souber ou não tiver tempo para fazer, não será feito. (BARCELLAR 2004).

Assim sendo, procurar uma editora prestadora de serviço, torna de certa forma o autor em editor de sua própria obra.

Barcellar (2005) ressalta ainda que “ já existem editoras que fazem um misto de prestação de serviço e edição comercial, dividindo os custos com autores de obras acadêmicas de boa qualidade mas venda difícil”.

Neste caso, se um trabalho é considerado realmente pertinente para o ramo do autor, mas com poucas chances de seduzir um público maior, é sempre recomendado publicar uma edição de duzentos ou trezentos exemplares por conta própria. Investir para ter uma obra com aparência profissional (com ficha catalográfica, ISBN, código de barras, impressão razoável) é sempre recomendável. Caso o autor distribua entre as bibliotecas e institutos onde ela possa ser usada como referência, obterá a divulgação do seu trabalho, podendo até encontrar assim uma editora interessada em investir na sua obra.

4 EDIÇÃO INDEPENDENTE

O livro e sua edição estão mundialmente unidos à necessidade de promover a diversidade cultural como objeto de estudo, lazer e arte. A produção intelectual e cultural exige rentabilidade, muitas vezes difícil de conciliar com as lógicas de existir uma edição promotora de talentos, produtora de livros de debate, portadora de alternativas.

Os editores independentes, são aqueles que editam as suas próprias obras e que são responsáveis por todas as fases da editoração.

Sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura - UNESCO, os editores independentes do mundo latino e a bibliodiversidade realizaram o Encontro Internacional organizado pela União Latina e a Aliança dos Editores Independentes na Feira Internacional do Livro de Guadalajara (México) no período de 27 a 30 de Novembro de 2005 (ANEXO A), propondo organizar um encontro de autores/editores independentes do mundo latino e proporcionar intercâmbios de experiências e de debates sobre as condições de desenvolvimento desta profissão, que tem um papel decisivo na difusão de textos de qualidade e na promoção de novos talentos literários. Neste encontro, os aspectos inovadores foram:

- 1 Reunir um conjunto de editores do mundo latino da África francófona e lusófona, da América Latina e da Europa, representando pelo menos seis línguas latinas, sem excluir outras;
- 2 Estabelecer um diálogo entre os profissionais da edição, os especialistas e os responsáveis das organizações internacionais implicados nas políticas ou nas ações ligadas à promoção da diversidade cultural;
- 3 Tentar lançar as bases para a criação de uma federação de redes ou de associações de editores independentes do mundo latino, a fim de dar uma constante aos projetos de cooperação internacional. (FEIRA DO LIVRO DE GUADALAJARA, 2005).

Uma vez que se justifica, para cada um, a posse dos frutos de seu trabalho, o autor é reconhecido como detentor de uma propriedade imprescritível sobre as obras que exprimem seu próprio universo.

Para ser autor de livro não existe faculdade, não existe curso, estes têm o dom da escrita literária. O ato de escrever se resume, basicamente em duas etapas: a primeira consiste em colocar um texto no papel. A segunda, em aperfeiçoar esse texto colocado.

O livro impresso para ser publicado tem algumas opções: Para o autor principiante e pouco conhecido no mercado editorial, dá-se quase sempre às próprias custas ou financiado por parentes e amigos. Aos bem-aventurados e ungidos que conseguem uma editora de bom nível, dá-se depois de muitos sacrifícios e labutas. (DOURADO, 2005)

Algumas gráficas estão dispostas a /prestam-se a realizar o sonho de um escritor. Contudo, depois de receberem o pagamento pelo serviço prestado , encerram ai sua parceria com o autor. E o autor poeta, prosador, profissional que quis editar, sem experiência de “marketing”, começa a se desesperar: onde vender? Como? A quem?

E no desejo maior de realizar um sonho, vários são os autores desconhecidos do grande público, que se aventuram a publicar e divulgar suas obras por conta própria. Entretanto, para editar, eles precisam garantir a venda da obra. Os novos autores percebem que, dos contatos, poucas pessoas comparecem aos eventos, e em geral, só vendem no dia da noite ou tarde de autógrafos. Se levarem os livros em uma livraria, pedem-lhe notas fiscais (que eles não possuem) ou ficam por consignação e demoram a entrar em contato com o autor para informar se o livro está sendo vendido ou não. Portanto, muitos estão investindo em um caminho diferente: procuram diretamente pelos leitores, por acreditar que os brasileiros gostam de ler nas horas vagas, um pouco de tudo, pela simples vontade de poder sonhar.

Comumente, o autor que conseguiu publicar seu trabalho em uma gráfica sem nenhuma revisão preliminar na composição do original (como aconselham as regras editoriais) e sem estudo mercadológico, percebe que a maioria das obras ficou encalhada, pois

não encontraram público favorável a sua obra. Para o Instituto Miguel Calmon (p. 4, 2002), “... quando um autor banca um livro, sua obra não passa por um conselho. Logo, a escolha não é baseada em estudo de mercado, tampouco na qualidade da publicação”.

É imprescindível que o autor ao fazer sua edição independente, tenha: bastante cuidado com a escolha da capa, do título e com o preço final para o leitor. O título e a capa devem ser bem elaborados espelhando bem o conteúdo. Um produto desprovido de qualidade, jamais alcançará o seu objetivo. Um livro mal impresso, mal revisado e sem nenhuma arte, tão pouco será chamativo para o consumo. Como bem esclarece Mesquita (1984, p.40):

Qualquer produto editorial, ainda, conquanto seja uma excelência, se não contiver o atavio tipográfico ou das composições e impressões gráficas mais modernas, terá prejudicada a sua demanda pelo público, pois a sua apresentação visual acanhada e descolorida, sem qualquer qualidade plástica, não terá a propriedade de atrair o *animus* do consumidor comum.

Embora saibamos que qualquer que seja o procedimento da confecção, o livro ainda continua sendo unívoco de progresso, desenvolvimento, cultura e prazer.

Apesar do crescimento da produção literária, lançar uma edição independente ainda é uma batalha. A opção de uma edição independente e em pequenas tiragens, deve estar centralizada no mercado editorial brasileiro. A tiragem das publicações deve ser baseada na estimativa que o autor tem pela demanda da obra. Esta já é a tendência no mercado de publicações independentes.

Atualmente, novos e veteranos autores contam com a mídia, para a divulgação literária como ferramenta de comunicação muito eficaz.

O computador e a Internet permitem incluir acabamentos que simulam as antigas encadernações manuais. Os autores podem produzir e divulgar, com um investimento mínimo, em formato impresso ou digital, um caminho moderno e eficiente para o seu trabalho.

A leitura de livro eletrônico é uma realidade, muitos acreditam que este formato vai substituir o livro de papel; a indústria editorial que aposta tudo nos *e-books*, diz que este mercado já tem autores consagrados e parece ainda mais promissor, e que novos autores estão investindo na nova tecnologia para atingir o grande público.

A Editora Clíoedel (2004), propaga que “os textos difundidos pela Internet, via de regra, estão reproduzidos em arquivos eletrônicos, sem que se possam identificá-los como publicações bibliográficas de uma editora comercial ou acadêmica”.

O mercado literário é bastante amplo e complexo. Até hoje, ninguém arriscou afirmar o que leva uma obra a se destacar nesse mercado. Algumas considerações como apontar o assunto do momento, levantar questões pouco discutidas, revelações de celebridades, podem cativar o leitor. Uma questão interessante que se apresenta, é que muitas vezes estão disponíveis obras de valor editorial, mas que não foram reconhecidas pelo público por falta de investimento em divulgação.

Vanusa Santos (apud Site PARCEIRO DO LIVRO, 2004), diz que existe: “Um plano estratégico para o lançamento de uma obra, abrange desde a escolha do segmento, conteúdo, título e público-alvo (adulto, infantil, juvenil etc.), até a apresentação da capa, pontos de vendas e veículos para divulgação da obra”.

4.1 DEPÓSITO LEGAL

Considera-se publicação, a obra impressa em papel, bem como as registradas em qualquer suporte físico resultante de processo de produção, destinada à venda ou à distribuição gratuita. Os principais tipos são:

- Monografias, livros, folhetos não-destinados à propaganda, publicações oficiais, atas, relatórios técnicos;
- Periódicos (jornais, revistas e boletins com circulação nacional, regional ou institucional, incluindo os editados por qualquer tipo de órgão, grupo, associação política, empresarial, sindical, religiosa, ideológica);
- Publicações em fascículos;
- Fitas K7, LP's, fitas de vídeo, filmes, CD's, contendo som e/ou imagem;
- Folhetos, livretos e partituras musicais;
- Fotos, estampas, desenhos, medalhas;
- Mapas, plantas, cartazes.

A lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, no Art. 1º, regulamenta o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, assim como, em seu Art. 2º, I, especifica: “Depósito legal: a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, um ou mais exemplares, de todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo...”. O objetivo principal desta lei é coletar, guardar, preservar e difundir a produção intelectual brasileira, possibilitando à população maior acesso à informação. Vale ressaltar que o depósito legal não é a mesma coisa de registro de obras intelectuais feita pelos autores, editores ou cessionários, conforme nos chama a atenção o art. 8º desta lei.

O autor independente ao fazer o depósito legal, deve cercar-se de cuidados para garantir que está enviando seus originais ao órgão competente. Segundo Costa (2004), “A Biblioteca Nacional não concede autorização a quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, para receber publicações, a título de cumprimento do Depósito Legal, em seu nome”.

A vantagem que tem o editor, produtor ou autor independente em fazer o Depósito Legal é, além de contribuir para a maior informação do público e para a preservação da memória nacional, obter um retorno em termos de maior divulgação de sua obra, uma vez que, após o processamento técnico, são incorporadas à Base de Dados da Biblioteca Nacional e ficam disponíveis via Internet para acesso ao público em geral, no Brasil e no exterior, no site www.bn.br.

4.2 DIREITOS AUTORAIS

Desde o século XV, quando as idéias atingiram uma escala industrial, já havia a preocupação com a proteção e a remuneração dos autores, exigindo assim, atenção com os direitos autorais.

Direito autoral ou direitos de autor, é o nome dado ao direito que o autor, criador, tradutor, pesquisador ou o artista tem de controlar o uso que se faz de sua obra intelectual, ou seja, aquela criação intelectual que é resultante de uma criação do raciocínio humano, revestindo-se de originalidade, inventividade e caráter único sobre um suporte material qualquer. Como disse Jessen (apud EDA 2004):

A originalidade é condição sine qua non para o reconhecimento da obra como produto da inteligência criadora. Só a criação permite produzir com originalidade. Não importa o tamanho, a extensão, a duração da obra. Poderá ser, indiferentemente, grande ou pequena; suas dimensões no tempo ou no

espaço serão de nenhuma importância. A originalidade, porém, será sempre essencial, pois é nela que se consubstancia o esforço criador do autor, fundamento da obra e razão da proteção. Sem esforço do criador não há originalidade, não há obra, e, por conseguinte, não há proteção.

Por conseguinte a exclusividade intelectual está presente na legislação do nosso país bem como nas legislações de outros países e nas convenções internacionais.

No Brasil, o direito autoral foi regulado pelo Código Civil de 1916, pela Lei nº 5 988 de 14 de dezembro de 1993 e a partir de 19 de junho de 1998, está regulamentada pela Lei nº. 9 610 de 19 de fevereiro de 1998. Esta nova Lei é uma alteração, atualização e consolidação da legislação autoral em nosso país.

Além da legislação pátria, integram o ordenamento brasileiro a Convenção de Berna (ANEXO B) para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, concluída a 9 de setembro de 1886 e revista em Paris, a 24 de julho de 1971, havendo esta Convenção entrado em vigor, para o Brasil, em 20 de abril de 1975, cuja versão adotada pelo Brasil após ser revista e completada em várias ocasiões, foi a de 1971, revista em Paris, internada no ordenamento legal nacional, pelo Decreto Legislativo nº 94, de 4 de dezembro de 1974.

A harmonia na proteção autoral, dada pela Convenção de Berna, é de grande importância para os titulares da obra, pois, possibilita um tratamento mais favorável perante as legislações de outros países consignatários, assegurando que os autores gozarão.. (no qual), gozarão os autores de todos os direitos pela obra como se fossem naturais do país consignatário.

O direito intelectual é formado pelo direito industrial (marcas, patentes, modelos de utilidade e os desenhos industriais), autoral (criações do espírito humano: atividade literária e artística), informático (programas de computadores) e de cultivares (alterações, criações de novos organismos animais ou vegetais: transgênicos). O direito intelectual está vinculado aos investimentos que um país faz em educação e cultura, seja através da iniciativa privada, seja através da iniciativa pública. Porém, é necessário compatibilizar o sistema legal intelectual com as novas realidades impostas pela sociedade informacional globalizada e proteger os autores e as empresas titulares desses direitos.

O artigo 7º da lei dos Direitos Autorais define com clareza que as obras intelectuais protegidas, são as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, ou seja, o rol de obras protegidas não é exaustivo, permitindo também a proteção de obras que surjam com a tecnologia, ou com a atividade intelectual humana em suportes que se inventem no futuro.

A doutrina atual assegura que o direito autoral é um monopólio do autor. A exclusividade tem como objetivo permitir ao criador, a exploração econômica do fruto de sua atividade intelectual corporificada em qualquer tipo de suporte.

Temos como definição legal de obras literárias e artísticas, todas as produções do domínio literário, científico e artístico, qualquer que seja a sua maneira ou forma de expressão, cuja representação é anunciada por escrito ou de outro modo como; as composições musicais, com ou sem letra; os trabalhos de desenho, pintura, arquitetura, escultura, gravura e litografia; as ilustrações e cartas geográficas; as plantas, esboços e trabalhos plásticos relativos à geografia, topografia, arquitetura e ciências, dadas pela Convenção de Berna em seu Art. 2º. Contudo, com o desenvolvimento de novas tecnologias, surgem novas formas de criação, assim como surgiu o cinema em relação ao teatro. Neste

sentido, o conceito de obra protegida adotado pela legislação atual é amplo e aberto, adequado às rápidas transformações da sociedade contemporânea.

4.2.1 Direitos Patrimoniais e Morais

Ao autor, pertencem os direitos sobre a obra que criou e é facultado o direito de ceder, definitiva ou temporariamente, o direito patrimonial sobre a sua obra. Surgiram várias doutrinas para explicar as duas ordens de direitos atribuídos aos titulares: os direitos patrimoniais ligados à exploração econômica da obra e os direitos morais ligados à paternidade e integridade das obras. Quanto a estes direitos o EDA (2004) distingue:

Direito Patrimonial é a designação de caráter genérico dada a toda sorte de direito que assegure o prazo ou fruição de um bem patrimonial, ou seja, uma riqueza ou qualquer bem, apreciável monetariamente. Desse modo, o direito patrimonial, em regra, deve ter por objeto um bem, que esteja em comércio ou que possa ser apropriado ou alienado. Os direitos patrimoniais ou pecuniários do autor nascem no momento que ele divulga a obra, através da sua comunicação ao público; são móveis, cessíveis, divisíveis, transferíveis, temporários; contrários aos direitos morais, que são inalienáveis, imprescritíveis, enfim, perpétuos. Como se sabe, os direitos patrimoniais ou pecuniários do autor são transferíveis, não apenas por morte, mas igualmente em vida. A possibilidade de transferência desses direitos pode ser efetuada estando o autor do direito vivo, por meio da cessão de direitos, que é uma das modalidades das sucessões inter vivos.

O Direito Moral é o direito que todo criador de uma obra intelectual tem sobre a sua criação. Esse direito é personalíssimo, exclusivo do autor 'art. 5.º, XXVII, da Constituição Federal'. Está definido por vários tratados e convenções internacionais, dentre os quais o mais significativo é a Convenção de Berna. No Brasil, a Lei n.º 9.610 de 19/02/98, que regula os direitos de autor.

O registro de direito autoral, dá ao autor de obra literária, científica ou artística, o direito exclusivo de reprodução e a lei considera o direito autoral como um bem móvel. Assim sendo, para uma publicação ou para qualquer forma de utilização da obra, é necessário contrato específico de autorização do autor e a falta desta autorização implica na violação destes direitos, cabendo assim, punição civil e penal. Todavia, apesar da lei lhe facultar o direito de ceder, definitiva ou temporariamente o direito patrimonial sobre a sua obra, os direitos morais do autor, por serem intransferíveis e irrenunciáveis, não podem ser negociados ou transferidos hereditariamente.

Devido à infinidade de informações acessadas instantaneamente através da Internet em vários países do mundo, há uma grande discussão na área autoral, tanto pelo aspecto econômico quanto pelo aspecto moral. Do ponto de vista jurídico, os titulares e a indústria são vítimas da combinação da inovação tecnológica e da conduta de cidadãos que preferem violar a lei a adquirir os produtos e pagar os direitos autorais e todos os encargos decorrentes.

Em princípio, os direitos autorais têm sua vigência no mundo *on-line*, da mesma maneira que no mundo físico. Todas as obras intelectuais, mesmo digitalizadas, não perdem sua proteção; portanto, não podem ser utilizadas sem prévia autorização.

Dias (2005) ressalta que, o direito autoral vem enfrentando batalhas árduas para combater a pirataria em função das novas tecnologias e do surgimento de novas formas de comunicação ao público, e que governos e entidades de titulares têm se esforçado para

conscientizar o público das conseqüências das utilizações ilícitas, bem como para coibir essa prática.

O fato das obras e informações transmitidas através da Internet estarem sob a forma digital não retira delas a característica de criação humana, passíveis de proteção jurídica, garantindo ao criador ou autor destas obras o direito exclusivo de reprodução, divulgação e utilização de seus trabalhos, e o direito à remuneração por sua utilização, seja através da aplicação das normas de direito do autor, seja através da aplicação de normas de proteção à propriedade industrial. (STUBER; FRANCO, 2005).

4.2.2 Domínio Público

O direito autoral atribui um prazo de proteção exclusivo aos titulares da obra limitado no tempo, uma vez expirado esse prazo de proteção ou falecido o autor sem deixar sucessores legais, suas obras poderão ser utilizadas pelo público em geral, sem necessidade de autorização prévia e sem pagamento pela utilização.

Após o prazo de proteção ,que somente se iniciam após o falecimento do titular, as obras caem em domínio público, podendo ser utilizadas livremente pelos cidadãos.

Uma vez que cai à obra, em domínio público, os direitos patrimoniais deixam de existir, subsistindo a defesa da integridade das obras, da paternidade, ou seja, dos direitos morais, que devem ser exercidos pelo Estado nos termos do artigo 24, § 2º da atual lei de direito autoral ora transcrito: “Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público”.

A Convenção de Berna estabeleceu, a princípio, um piso mínimo de cinquenta anos de proteção, no entanto, este vem sendo gradativamente aumentado, sendo atualmente de setenta anos na grande maioria dos países. O Art. 41 da atual Lei brasileira, confere o prazo de setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao do falecimento do autor, obedecida a ordem sucessória da lei civil. Porém, os programas de computador são protegidos pelo prazo de cinquenta anos, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, conforme Lei nº. 9.609/98, § 2º.

Neste contexto, é necessário investigar se a autoria da obra é singular, em co-autoria ou coletiva, pois o prazo de proteção sempre começará a correr após o falecimento do último autor em caso de obras em co-autoria, ou do falecimento do organizador, nos casos de autoria coletiva.

No caso de traduções de obras estrangeiras, segundo o site Parceiros do Livro (2005) , geram direito autoral. Uma obra pode estar em domínio público, porém se sua tradução é recente ainda estará protegida.

5 METODOLOGIA

5.1 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada junto ao universo de 18 autores que publicaram suas obras de forma independente.

5.2 ETAPAS DE INVESTIGAÇÃO

Para obtenção dos objetivos propostos, várias etapas foram percorridas para o desenvolvimento da pesquisa.

5.2.1 Procedimento de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em 03 (três) momentos:

- a) Levantamento das gráficas existentes no município de João Pessoa – PB, para obtenção dos nomes dos autores que editam suas obras em gráficas, de forma independente. O levantamento inicial foi realizado no site da Telemar, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.listaonline.com.br> (ANEXO C), onde identificamos 131 (cento e trinta e uma) gráficas.

Dentre estas, 15 (quinze) gráficas tinham o endereço eletrônico, e assim enviamos um e-mail para cada uma delas. Porém, nenhuma destas gráficas nos enviaram respostas e das visitadas, apenas 02 (duas) nos forneceram os dados, obtendo assim, um total de 03 (três) autores a serem pesquisados.

2. Outras Fontes.

Considerando que o número de autores era insignificante para nossa pesquisa, procuramos recorrer a outras fontes.

Visitamos a “Livraria de Lucinha”, localizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA/UFPB), que comercializa livros publicados por editoras e por gráficas.

Através desta busca, identificamos 22 (vinte e dois) autores pessoenses que publicaram suas obras através de gráficas.

3. Contato com os autores

Considerando a identificação total de 25 (vinte e cinco) autores, partimos para o contato pessoal localizando-os através da Lista Telefônica. O contato inicial, portanto, foi realizado via telefone, onde conseguimos agendar encontros com 18 (dezoito) autores.

5.2.2 Técnica de Coleta de Dados

A “entrevista não dirigida” foi a técnica utilizada por oferecer oportunidade de avaliação de condutas, e de obtenção de dados precisos que não se encontram em fontes documentais, porém de relevante significação. Ander-Egg (apud LAKATOS; MARCONI, 1985. p. 174), nos apresenta da seguinte forma este tipo de entrevista: “Há liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, contudo, forçá-lo a responder”.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme a metodologia da pesquisa apresentada, obteve-se um total de 18 autores entrevistados, como se vê no quadro demonstrativo abaixo:

AUTORES	Nº LIVRO PUBLICADO	
	EDITORA	GRÁFICA
1	1	8
2		1
3		1
4	6	1
5		7
6		2
7		7
8		1
9	4	1
10		9
11		1
12		10
13		10
14		2
15		2
16		9
17		1
18		1
TOTAL	11	74

Quadro 1 - Número de livros publicados pelos autores

Fonte: Dados da pesquisa

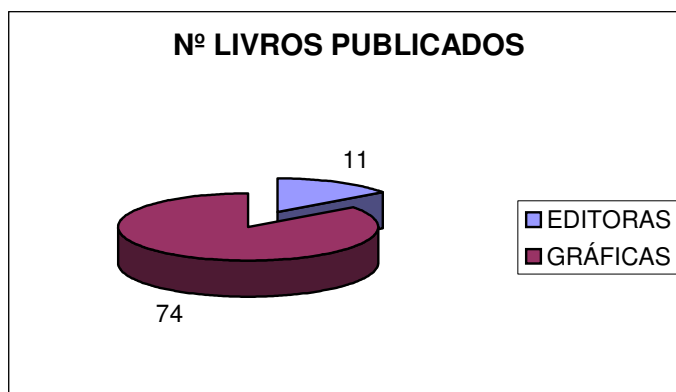


Gráfico 1 – Número de livros

Fonte: Dados da pesquisa

Conseguimos observar que um número significativo de livros é editado através de gráficas.

Os três escritores que publicaram em editoras são professores universitários da UFPB. Apenas um destes, publicou uma única vez em editora e os outros dois, as obras foram publicadas em editoras de outros Estados.

MOTIVOS	TOTAL
A Editora demora na entrega	2
A Editora não dá atenção aos autores	2
A Editora não facilita a publicação, muita burocracia	3
Entregaram o material na gráfica e fizeram tudo	10
Acesso a gráficas	3
Não informaram	1
TOTAL	21

Quadro 2 – Motivos que levam a publicar em gráficas

Fonte: Dados da pesquisa

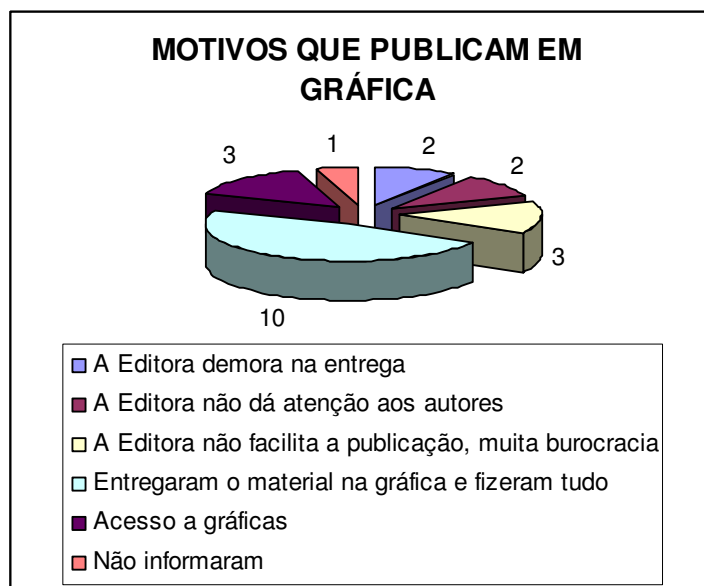


Gráfico 2 - Motivos

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar das editoras possuírem todos os requisitos necessários para uma boa editoração de livros, percebe-se que há uma grande insatisfação dos autores no tratamento pessoal dispensado pelas mesmas, chegando ao ponto de desacreditarem da boa qualidade do serviço a ser prestado.

Razão pela qual passaram a confiar seus manuscritos às gráficas, por oferecerem melhor atendimento.

Atualmente, alguns destes autores já se comprometeram em retornar a contratar as respectivas gráficas por oferecerem um trabalho de publicação mais eficiente do que o oferecido pelas Editoras.

AUTOR	GRÁFICA	AUTOR	BIBLIOTECÁRIO	OUTROS
1	1			
2			1	
3			1	
4	1			
5		1		
6		1		
7		1		
8		1		
9	1			
10		1		
11	1			
12				1
13		1		
14	1			
15	1			
16		1		
17	1			
18	1			
TOTAL	8	7	2	1

Quadro 3 – Normalização
Fonte: Dados da pesquisa

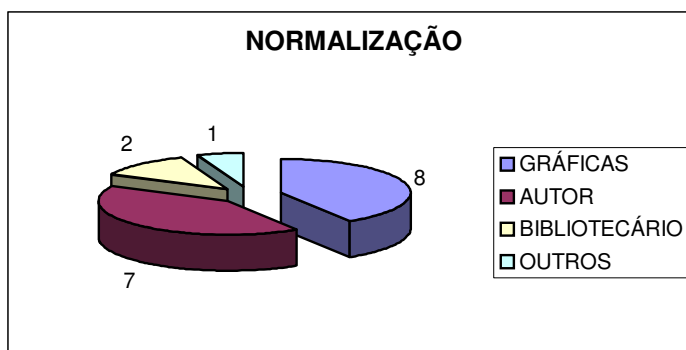


Gráfico 3 – Normalização
Fonte: Dados da pesquisa

Dada a observação de que entre os autores, 8 (oito) deixaram suas obras totalmente entregues aos cuidados das gráficas, sem a mínima preocupação quanto às normas de editoração; concluímos, através de suas respostas que eles não têm conhecimento da existência de uma norma padronizada para editoração de um livro. Outros 7 (sete) autores são os responsáveis pela normalização de suas obras, entretanto, 1(um) deles justificou fazer a normalização de suas obras porque os profissionais da área cobram muito caro por este serviço e que pela prática de tanto fazê-lo, ele já se acha capacitado e conhecedor das normas padronizadas; no entanto, percebemos em suas respostas que nenhum deles tem o conhecimento das normas técnicas. Outros 5 (cinco), apenas informaram que já sabiam normalizar; 2(dois) procuraram bibliotecários, pois sabem que estes são os profissionais que conhecem as normas exigidas para editoração de livros e apenas 1 (um) um deixa a cargo de outros.

AUTOR	DEPÓSITO LEGAL	
	CONHECEM	NÃO CONHECEM
1		X
2		X
3		X
4		X
5		X
6		X
7		X
8		X
9		X
10		X
11		X
12		X
13		X
14		x
15		X
16		X
17		X
18		X
TOTAL		18

Quadro 4 – Depósito legal
Fonte: Dados da pesquisa

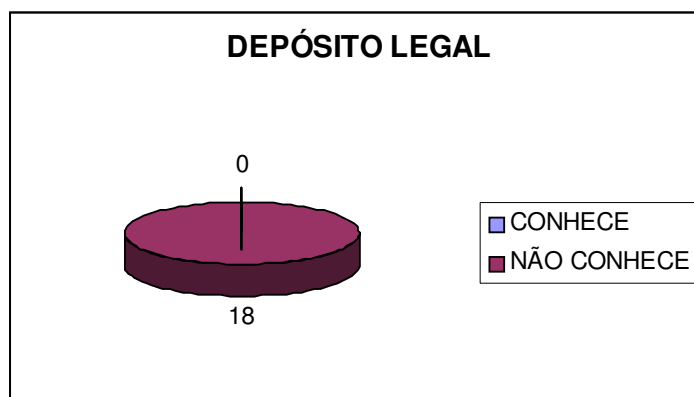


Gráfico 4 - Depósito legal
Fonte: Dados da pesquisa

Os 18 (dezoito) autores entrevistados desconhecem a necessidade de se fazer a remessa de pelo menos um exemplar de toda publicação produzida por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda no território nacional, à Biblioteca Nacional, bem como, a exigência legal do depósito. Após explicação dos motivos desta exigência, apenas 3 (três) se mostraram interessados em tomar conhecimento do teor da Lei nº. 10.994 de 14 de dezembro de 2004.

AUTORES	EDITORORA	GRÁFICA	AUTOR	OUTROS	NÃO INFORMOU
1			X		
2			X	X	
3			X	X	
4			X		
5			X		
6			X		
7			X	X	
8			X		
9			X	X	
10			X		
11					X
12			X	X	
13			X	X	
14			X		
15			X	X	
16			X	X	
17			X		
18			X	X	
TOTAL			17	9	1

Quadro 5 – Comercialização
 Fonte: Dados da pesquisa

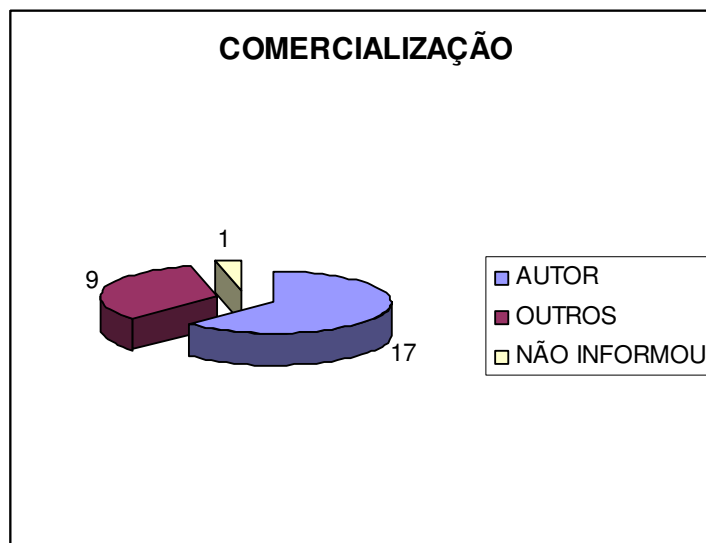


Gráfico 5 – Comercialização
 Fonte: Dados da pesquisa

Os autores que já utilizaram os serviços de uma editora sabem que as mesmas podem participar da comercialização das obras por elas editadas, porém, nenhuma delas se prestou a esse serviço.

Quanto às gráficas, soubemos que elas não participam da comercialização das obras editadas.

Observando os dados, verificamos que a comercialização das obras editadas entre os 18(dezoito) autores entrevistados, 17(dezessete) são os próprios autores os responsáveis pela comercialização, 9 (nove) contaram com ajuda de outros e apenas 1(um) autor não nos informou como comercializava suas obras.

AUTORES	SIM	NÃO	DESCONHECEM
1			X
2	X		
3	X		
4	X		
5			X
6			X
7	X		
8			X
9	X		
10			X
11			X
12			X
13	X		
14	X		
15	X		
16			X
17	X		
18	X		
TOTAL	10	0	8

Quadro 6 – A gráfica fornece ISBN

Fonte: Dados da pesquisa

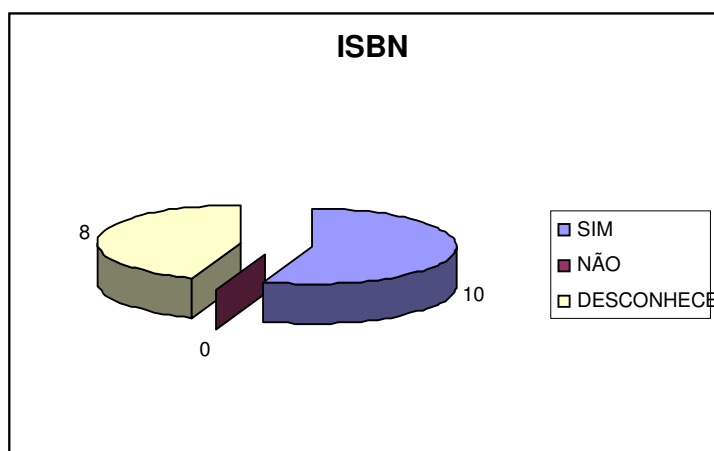


Gráfico 6 – ISBN

Fonte: Dados da pesquisa

O resultado da pesquisa apurou que 10 (dez) autores têm em sua obra o registro do ISBN colocados pelas gráficas por serem as mesmas cadastradas na Agência Brasileira de ISBN da Fundação Biblioteca Nacional, e que outros 8 (oito) autores desconhecem o fornecimento deste registro pelas gráficas, bem como, não sabem se suas obras possuem o ISBN, pois nunca ouviram falar desta obrigatoriedade e nem de sua importância.

AUTORES	BIBLIOTECA	GRÁFICA	AUTOR	OUTROS	NÃO SABE SE TEM NA OBRA
1	X				
2	X				
3	X				
4					X
5					X
6					X
7	X				
8				X	
9	X				
10		X			
11					X
12	X				
13		X			
14		X			
15		X			
16			X		
17		X			
18	X				
TOTAL	7	5	1	1	4

Quadro 7 – Por quem é feita a Ficha Catalográfica
 Fonte: Dados da pesquisa



Gráfico 7 – Ficha Catalográfica
 Fonte: Dados da pesquisa

Dentre os 18 (dezoito) entrevistados observamos que: 7 (sete) autores conhecem a importância da ficha catalográfica e que procuraram os bibliotecários por saberem que eles possuíam o conhecimento técnico para fazê-la; 5 (cinco) autores deixaram por conta da gráfica este registro, porém, nunca se preocuparam realmente com esta informação: 1 (um) autor, fez as suas próprias fichas, por achar que de tanto fazê-las, já detinha o conhecimento e não precisava procurar outra pessoa, ignorando a importância desta : 1 (um) autor, informou que sua obra tinha esta ficha, mas não sabia quem a havia preparado e tão pouco sabia para

que ela servia e 4(quatro) autores, não sabiam se seus livros possuíam ou não a ficha catalográfica.

Percebemos pelas respostas dadas que, a maioria dos autores sabe que a ficha catalográfica traz as informações fundamentais da obra e que ela pode ser solicitada em bibliotecas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentando análise dos motivos que levam o autor a editar seu próprio livro, identificando as gráficas que imprimem suas obras, e se têm ou não o conhecimento das normas de editoração, sentimos a necessidade de fazer uma pesquisa mais aprofundada a respeito do tema EDITORAÇÃO, que até pouco tempo se encontrava nas mãos de grandes editoras, aliás, bem distantes dos nossos escritores.

Assim conseguimos averiguar que um número significativo de livros está sendo editado em gráficas, apesar de constar na literatura especializada, que as editoras possuem uma equipe de profissionais qualificados nos serviços de editoração gráfica e estarem aptas a prestar um serviço de boa qualidade desde os manuscritos até a divulgação e comercialização da obra.

Observamos, outrossim, que a preferência dos autores pelas gráficas, para editoração de suas obras, está relacionada à insatisfação dos autores com as editoras locais, tanto pelo excesso de burocracia, como o desrespeito aos compromissos e falta de atenção para com eles. Justifica-se assim, a crescente forma de editoração e a grande procura de locais que prestam para os autores estes serviços, sem nenhuma burocracia. Entretanto, observamos que a divulgação e comercialização, ficam a cargo dos autores e as vendas ficam restritas às pequenas livrarias que recebem, por consignação, ou à outras formas, como por exemplo, em salas de aulas, em noites de autógrafos ou através de pequenos eventos.

Em relação à remessa de um exemplar da publicação à Biblioteca Nacional, estabelecida em lei, observamos que os autores desconhecem essa exigência, e além de não contribuírem para o controle bibliográfico Universal, estão perdendo a oportunidade de obter um retorno em termos de maior divulgação de sua obra, pois a Biblioteca Nacional oferece ao público, em geral, em seu site, acesso à todas as obras nela depositadas.

Outras observações a respeito dos autores:

- 1 acreditam que as gráficas conhecem as normas de editoração;
- 2 desconhecem o registro de direito autoral da obra que é assegurado por lei;
- 3 desconhecem a existência de uma norma padronizada para editoração de livros;
- 4 desconhecem a importância do ISBN e da obrigatoriedade do registro;
- 5 desconhecem a necessidade da ficha catalográfica.

Atualmente, o mercado editorial vem sofrendo um grande abalo com a popularização da publicação eletrônica, o custo direto envolvido na produção do livro impresso (tinta, papel etc.), vem sendo pouco a pouco eliminado, contribuindo para uma rápida queda de preço, o que tornará a publicação de obras bastante acessível.

É interessante enfatizar que, apesar da divulgação a respeito do desaparecimento do livro impresso, acreditamos ser necessário uma mudança estrutural muito grande, pois o livro impresso, oferece na sua perenidade de registro histórico da humanidade, a principal vantagem sobre o livro eletrônico, cuja informação é produzida e transmitida em meio digital, bem como, que nessa mudança prevalecerá, com certeza, a redução do número de páginas que inevitavelmente acarretará uma queda na qualidade da obra.

Observamos, ainda, nesta pesquisa, que a opção dos autores pela editoração de obras através das gráficas é, sobretudo, motivada pela ausência de estímulos oferecidos pelas respectivas editoras que venham a atrair novos e veteranos autores.

INDEPENDENT AUTHORS: books we want to publish

This work analysis the reasons which lead an author to publish its own book, identifying the print shops that print its production and if these last know the publishing norms. The research was carried out with eighteen authors who had published by their own. It was noticed a significant number of books published by print shops, this fact reveals that the authors are unsatisfied with the local publishing house considering the bureaucracy, disrespect, lack of commitment and attention to the authors. It was also observed that the authors are in charge of the propaganda and marketing .besides, the selling of the books is done by small bookstores in consignment. The authors, apart from hardly knowing about the legal deposit, the copy right register, the standardised norms for book publishing , the importance of the ISBN and the compulsory register and catalogue card, believe that the print shops know the publishing norms. It was perceived that the authors' options to be published by print shops is, more than anything , motivated by the lack of stimulus from the publishing houses.

Keywords:

**PUBLISHING
INDEPENDENT AUTHOR
BOOKS**

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Eliane Y. **Direitos de autor e direitos conexos.** (S.l.):Editora do Brasil,2002.
Disponível em:< http://www2.uol.com.br/direitoautoral/livro_b.htm>. Acesso em 10 out. 05.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro:** princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL – Instituto Nacional do Livro, 1986.

ARNS, Paulo Evaristo. **A técnica do livro segundo São Jerônimo.** Trad. Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LIVROS. Disponível em: <www.abrelivros.org.br>.
Acesso em: 09 dez. 04.

AUTORES independentes. Disponível em:
<<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/49744>>. Acesso em 15 fev. 05.

BARCELLAR. Laura. **Escreva seu livro.** Disponível em:<
<http://www.escrevaseulivro.com.br/html/comece.htm#inicio>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

_____. **Publique por conta própria:** guia do autor independente. Disponível em:<
<http://www.escrevaseulivro.com.br/html/comece.htm#inicio>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 75.699, de 06 de maio de 1975. Dispõe sobre a promulgação da Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas. Disponível em: <[www.leonardos.com.br/Vademecum/ TI/Decretos/ConvBerna%20\(Dec75.699-75\).pdf](http://www.leonardos.com.br/Vademecum/TI/Decretos/ConvBerna%20(Dec75.699-75).pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2005.

_____. Lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Depósito Legal de Publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.bn.br>> Acesso em: 18 abr. 2005.

_____. Lei nº. 10.753, de 30 de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2003/lei10753.htm/>> Acesso em: 10 dez. 2004. 18 jun. 2005.

_____. Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre os Direitos Autorais. Disponível em: <<http://www.bn.br>> Acesso em: 18 abr. 2005.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun.** Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Trad. MaryDel Priore, Brasília: UNB, 1994.

COSTA, Virgínia Freire da: <<http://www.parceirosdolivro.com.br/>>. Acesso em: 19 set. 2004.

DIAS, Maurício Cozer. **A proteção de obras musicais caídas em domínio público.** Disponível em: <www.prolegis.com.br>. Acesso em: 15 set. 2005.

DOURADO, Gustavo. **Livro impresso em papel.** Disponível em: <www.usinadeletras.com.br>. Acesso em: 19 set. 2005.

EDITORA CLIOEDEL. Disponível em: <<http://www.clioedel.ufjf.br/editora/editora.htm>>. Acesso em 07 dez. 2004.

Editora Madras. **Política de publicação.** Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/mauriciorobe/artigo2.html>>. Acesso em: 20 dez. 2004.

ESCREVA e publique seu livro. Disponível em: <<http://www.escoladoescritor.com.br/index.php>>. Acesso em: 03 fev. 2005.

ESCRITÓRIO do direito autoral. Disponível em; <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 19 set.2004.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro.** Trad. Fulvia M.L. Moretto; Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora UNESP; Hucitec, 1992.

FEIRA do livro de Guadalajara: México. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br>> . Acesso em 30 set. 2005.

FERLAUTO, Cláudio; JAHN, Heloisa. **O Livro da gráfica**. São Paulo: Hamburg Gráfica Editora, 1998. Edição Especial para XV Bienal Internacional do Livro 1998.

FERNANDES, Amaury. **Notas sobre a evolução gráfica do livro**. Disponível em: <www.amaury.pro.br/textos/NotEvGrafLiv.rtf>. Acesso em: 24 de jan. 2005.

FIGUEIREDO, André. **Editorias virtuais: uma rede aberta para novos escritores**. Disponível em: <http://www.primeiramao.com.br/editorial/informatica/editorial_informatica_servico56.asp>. Acesso em: 07 dez. 2004.

GANANÇA, Alexandre Sobrino. **A Internet e a questão dos direitos autorais**. Disponível em: <www.persocom.com.br/brasil/sobrino.htm#sobrino>. Acesso em: 28 out. 2005.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil : sua história**. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: USP, 1985.

HENDEL, Richard. **O desingn do livro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. 2. ed. **Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

INSTITUTO MIGUEL CALMON. Mercado Editorial Brasileiro: a dimensão relativa da Bahia no segmento de livros. In. **Carta do IMIC**. AnoXX, n.94. junho 2002.

KNAPP, Wolfgang. **O que é editora**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOTAIT, Ivani. **Editoração científica**. São Paulo: Ática, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LOPES, Ana Claudia de Carvalho Cabral. **Manual rápido de editoração de livros**. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/ikeditoracao/projefim/anaclaudia.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2005.

MARCIAL, Cristine Coutinho. **ISBN**. Disponível em: <<http://www.apel.pt/default.asp?s=12206/>> Acesso em: 21 dez.2004.

MARQUES, Gisela. **As características da profissão de editor**. Disponível em: <http://www.usp.br/prc/uniprof/descricao_edit.htm>. Acesso em: 24 jan. 2005.

MELLO, Jose Barboza. **Síntese histórica do livro**. Rio de Janeiro: Leitura, 1972.

MESQUITA, Vianney. **Sobre livros: aspectos da editoração acadêmica**. Fortaleza: UFC/PROED, 1984.

O OBJETO do direito autoral e o registro. Disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 28 out. 2005.

Biblionline, v. 2, n. 1, 2006

POLÍTICA nacional do livro. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2003/lei10753.htm/>>. Acesso em: 18 jul. 2005.

PLÁGIO e direito autoral na internet brasileira. Disponível em:
< <http://www.persocom.com.br/brasil/plagio1.htm> >. Acesso em: 27 out. 2005.

PLASSE, Marcel. **Indústria editorial aposta tudo nos e-books**. Disponível em: <
<http://www.apel.pt/default.asp?s=12206/>>. Acesso em: 21 dez. 2004.

SANTOS, Aparecida Ribeiro dos; et al. **O destino da editoração, do livro e da leitura na era web**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS, setembro 2001.

SANTOS, Vanusa. Disponível em <<http://www.parceirosdolivro.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

SILVA, Luiz Otávio Maciel da. **O livro eletrônico: mudando paradigmas**. Disponível em:
<<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/78.a.pdf> >. Acesso em: 15 out. 2005.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. Disponível em:
< <http://www.snel.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

SMITH JR, Datus C. **Guia para editoração de livros**. Trad. Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: UFSC, 1990.

STUBER, Walter D.; FRANCO, Ana Cristina de P. **A Internet sob a ótica jurídica**. Disponível em:< <http://www.jcampos.com.br/info2.htm>> . Acesso em : 30 set. 2005.

SUPERINTERESSANTE. Disponível em: < <http://www.editora.ufjf.br/hm/estoria.htm->>
Acesso em: 12 dez 2004.

TELEMAR Lista on line. Disponível em:
<<http://www.listaonline.com.br/web/companyCategory.aspx?ica=2720&nca=Gr%e1ficas&ici=12317&nci=JOAO%20PESSOA%20&ies=588&nes=PB&pg=1&k=266045139458&tbu=2&tipo=categoria&txb=graficas>>. Acesso em: 18 ago. 2005.

UM NOVO desafio para as publicações independentes. Disponível em: <
<http://www.interney.net/?p=9742847>>. Acesso em: 04 fev. 2005.

UNWIN, Sir Stanley. **O que é uma editora**. Trad. Dr. José Francisco dos Santos. Rio de Janeiro: Record, [s.d.].

WALKER, Emery. **Imprimindo belos livros**. Trad. Bárbara Leal. Disponível em: <
<http://www.escriitoriodolivro.org.br/>>. Acesso em: 04 fev. 2005.